

Covas duvida do tom de justiça

O líder do PMDB na Assembleia Nacional Constituinte, senador Mário Covas (SP), manifestou ontem ceticismo quanto à possibilidade de o pacote fiscal, que pode ser baixado hoje, através de decreto-lei do presidente José Sarney, promover maior justiça fiscal, indagando: "No fim, será que vai se reduzir isso apenas ao aumento do Imposto de Renda? E um aumento de Imposto de Renda sob circunstâncias que até nem sei se são as mais favoráveis".

O líder teceu críticas indiretas à indecisão do presidente José Sarney em adotar medidas mais duras no pacote: "Fala-se em fechar estatais desnecessárias, mas na hora em que o ministro (Bresser Pereira, da Fazenda) apresenta um projeto para isso, titubeia-se no sentido de fazê-la ou não", afirmou. Também estranhou que "depois de a Constituinte ter aprovado dispositivo criando um tributo sobre a grande riqueza, esta idéia, que esteve inicialmente no pacote, tenha sido retirada dele. E não por vontade do ministro (da Fazenda)". Covas acha, ao contrário, que "este é um instante que requer audácia, ousadia de quem governa".

Estratégia

O líder identificou no fato de o pacote só estar ficando pronto agora uma estratégia para que o Congresso Nacional não o vote mais neste ano, embora esteja convocado em caráter extraordinário. Ele não acredita que se o Governo enviar o pacote do Congresso entre o Natal e Ano Novo, que haja qualquer possibilidade de votação. Nem mesmo agora ele acredita que se obtenha "quorum" para isso.

Para ele, está claro: "O Governo não quer que o pacote seja votado neste ano. Senão, não mandaria neste período. Eu ouço falar no pacote fiscal desde novembro, de forma que isto poderia estar aqui em tempo".

DE BRASÍLIA

18 DEZ 1989

P. 6